

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE HUMANIDADES DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**VALNIZE DA SILVA PEREIRA** 

## "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO":

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DE BANANEIRAS-PB E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO.

GUARABIRA-PB 2018

#### **VALNIZE DA SILVA PEREIRA**

## "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO":

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DE BANANEIRAS-PB E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Dr. Waldeci Ferreira Chagas

GUARABIRA-PB 2018 É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436p Pereira, Valnize da Silva.

Por uma infância sem racismo [manuscrito] : o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em Bananeiras-PB e o enfrentamento do racismo / Valnize da Silva Pereira. - 2018.

43 p.: il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Waldeci Ferreira Chagas, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Racismo. 2. Infância. 3. Serviço de Convivência. 4. Fortalecimento de Vínculos.

21. ed. CDD 320.56

#### VALNIZE DA SILVA PEREIRA

## "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO":

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE BANANEIRAS-PB E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, em cumprimento aos requisitos para obtenção do Título de Especialista.

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH)

Orientador

Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca (UEPB/DE)

Examinadora

Profa. MS Sheila Gomes de Melo (UEPB/DE)

Examinadora

Dedico este trabalho a DEUS excelentíssimo senhor de minha vida, aos meus pais, aos meus irmãos, ao professor Waldeci Ferreira e a todas as pessoas que acreditam na educação.

#### AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, pela vida, sabedoria, força, coragem e por nunca ter me abandonado durante toda esta caminhada.

Aos meus pais, Izabel Cristina da Silva Pereira e Eliomar Pereira, por todo amor, carinho, apoio, dedicação e incentivo nesses muitos anos de estudo e sucesso, em especial minha mãe, que muito contribui.

Aos meus irmãos, Izabely, Bruno Rannyery e Bruna Thaís pelo apoio, companheirismo e força nos momentos de desânimo para que eu pudesse chegar a este momento de vitória.

À minha prima Viviane Soares pela contribuição da tradução em inglês no resumo, meu desejo de muito sucesso na vida.

Ao longo da elaboração deste trabalho, inúmeras pessoas participaram, direta ou indiretamente, tornando-o uma construção coletiva, pois tornou-se a síntese dos vínculos que fui construindo ao longo das convivências.

Aos colegas de curso, em especial Liliane (Lili) e Sílvia Caroline (Carol), as quais compartilhei muitas das minhas desilusões, preocupações e anseios. Obrigada meninas pela companhia e amizade durante toda a caminhada, amizade que levarei para toda vida.

Aos amigos de estrada e das caronas Fábio e Paulo Ricardo.

Ao psicólogo e articulador do Selo Unicef em Bananeiras – PB, Jivago Fialho pelas contribuições na pesquisa e disponibilidade do material necessário.

A professora Ivonildes Fonseca, mulher aguerrida, que muitas vezes sem saber, no uso de suas palavras, contribuiu na minha formação e me ergueu com palavras de incentivo. Muito obrigada professora!

Ao professor Waldeci Ferreira, excelente profissional, toda a minha gratidão por me aceitar como orientanda. Obrigado pelo apoio, compreensão, paciência e incentivo, o que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e que tornaram a universidade o espaço vivo e efetivo na formação e a quem devo todo o meu conhecimento.

A toda turma do Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil 2016 – 2017 foi bom estar com vocês!

Enfim, a todos que foram força, apoio, incentivo, minha gratidão!

"Nós vós pedimos com insistência: Nunca digam — Isso é natural! Diante dos acontecimentos de cada dia. Numa época em que reina a confusão, em que corre o sangue, em que o arbitrário tem a força de lei, em que a humanidade se desumaniza... Não digam nunca: Isso é natural! Afim de que nada passe por ser imutável."

(Bertolt Brecht, 1898-1956).

#### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma analise sobre o racismo, combate e efeitos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Bananeiras - PB, mediante a campanha "Por uma Infância Sem Racismo" proposta pelo selo UNICEF nesse espaço. Tomando os princípios e o referencial teórico do processo de combate ao racismo desde a infância como referencia, o estudo buscou verificar como o SCFV contribuiu para assegurar através da campanha a lei 10.639/2003, investigou em que medida o SCFV contribuiu para a efetivação da campanha, identificou como o SCFV estimulou crianças, adolescentes e jovens para o desenvolvimento do seu protagonismo e combate ao racismo. A pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório e adotou como referencial teórico-metodológico assuntos atinentes ao racismo. O estudo também fez uso de documentos institucionais para facilitar a análise dos dados como relatórios, planos municipais de ação, documentos oficiais do UNICEF, entre outros. Os dados e documentos foram sistematizados e analisados. Por fim, as atividades que permearam a campanha e pensadas para o combate ao racismo na infância, concretizaram o objetivo deste trabalho. Contudo, foi notório o reconhecimento da importância da cultura africana e assuntos correlatos como a desigualdade racial, defesa dos direitos humanos, o valor de cada cultura para a formação do nosso país e da sociedade.

Palavras-chave: Racismo; Infância; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

#### **ABSTRACT**

This work aims to present an analysis on racism, combat and effects in the Service of Coexistence and Strengthening of Links (SCFV) of Bananeiras city - Paraíba / PB, through the campaign "For a Childhood without Racism" proposed by the UNICEF seal in that space. Taking the principles and the theoretical reference of the antiracism process from childhood as a reference, the study sought to verify how the SCFV contributed to ensure through the campaign the law 10.639 / 2003, investigated the extent to which the SCFV contributed to the effectiveness of the campaign, identified how the SCFV stimulated children, adolescents and young people to develop their protagonism and combat racism. The research was qualitative and exploratory and adopted as a theoretical-methodological reference subjects related to racism. The study also made use of institutional documents to facilitate the analysis of data such as reports, municipal action plans, UNICEF official documents, among others. The data and documents were systematized and analyzed. Finally, the activities that permeated the campaign and designed to combat racism in childhood, fulfilled the objective of this work. However, recognition of the importance of African culture and related issues such as racial inequality, the defense of human rights, the value of each culture for the formation of our country and of society was noteworthy.

Keywords: Racism; Childhood; Service of Coexistence and Strengthening of Links

#### LISTA DE SIGLAS

**SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UEPB** – Universidade Federal da Paraíba

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

RH – Relações Humanas

PSB - Proteção Social Básica

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

GT - Grupo de Trabalho

AABB - Associação Atlética Banco do Brasil

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**AE** – Ações Estratégias

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10 - 11
CAPITULO I: INFÂNCIA, RACISMO E PRECONCEITO	RACIAL
CONFIGURAÇÕES E O ENFRENTAMENTO	12
1.1 - Espaços onde o racismo se manifesta na infância e as	formas de
enfrentamento	13 -15
1.2 - Abordagem bibliográfica sobre racismo na infância	15 - 20
CAPITULO II: A CAMPANHA "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO"	
DO SCFV NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO	
2.1 - Contexto histórico-social do SCFV de Bananeiras-PB	
2.2 - Proteção Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento	
SCFV	
2.3 - Adesão do SELO UNICEF e desenvolvimento da campanha	
2.4 - Abordagens e metodologias das ações desenvolvidas para o enfre	
combate ao racismo na infância	27 - 28
CAPITULO III: A EXPERIÊNCIA E RESULTADOS DA CAMPANHA INFÂNCIA SEM RACISMO"	"POR UMA
3.1 - A campanha	29 - 30
3.2 - Abordagem e acompanhamento da campanha no SCFV de Ba	naneiras-PE
	31 - 34
3.3 - Análise qualitativa dos dados da pesquisa, resultados práticos	e efeitos da
campanha	34 - 39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40 - 41
REFERÊNCIAS	42 - 43

#### INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem o objetivo principal de apresentar uma analise sobre o racismo, combate e efeitos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Bananeiras - PB, mediante a campanha "Por uma infância sem racismo" proposta pelo Selo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) nesse espaço, com vistas a análise de seus indicadores, índices de aprovação do Selo Unicef, interesse dos alunos e da intersetorialidade entre as políticas públicas de modo a verificar as contribuições da campanha no SCVF para o processo de combate ao racismo desde a infância.

Secundariamente, esta pesquisa, objetiva: 1) verificar como o SCFV tem contribuído para assegurar através da campanha a Lei 10.639/2003; 2) investigar em que medida o SCFV tem contribuído para a efetivação da campanha; 3) identificar como o SCFV tem estimulado crianças, adolescentes e jovens para o desenvolvimento do seu protagonismo e combate ao racismo. Com base nos objetivos propostos, visamos responder as seguintes questões de pesquisa: 1) como a campanha no SCFV tem contribuído e assegurado com sucesso o combate ao racismo e, por conseguinte, elevado os indicadores para aprovação do Selo Unicef? 2) quais indicadores o SCFV tem contribuído para a efetivação e aprovação do Selo? 3) de que forma a campanha tem no SCFV estimulado crianças e adolescentes para o desenvolvimento do seu protagonismo e combate ao racismo?

O campo de atuação profissional nos desafia a apreendê-lo, decodificá-lo, ousar produzir novos conhecimentos para aprimorar a intervenção profissional, dessa forma, o interesse pela temática deste estudo está diretamente relacionado a experiências vividas, bem como, ao desejo de aprofundar o conhecimento quanto a questões relacionadas ao racismo e seu combate. Com vistas a essa temática, meu primeiro olhar para a questão do racismo foi proporcionado a partir da experiência como Conselheira Tutelar na qual fazia parte da Comissão Pró Selo Unicef Município Aprovado da campanha anteriormente citada. Após essa passagem pelo Conselho Tutelar, tive e continuo tendo contato direto com crianças e adolescentes usuários(as) do SCFV na condição de educadora social que por meio de oficinas, palestras e atividades desenvolvidas despertou-me ainda mais o interesse pela temática.

Nesse espaço de educação não formal, através da aproximação e vivências, pude ouvir e conhecer as histórias de crianças e adolescentes, muitas vezes relacionadas a situações de vulnerabilidade e violação de direitos e isso intensificou ainda mais minha experiência profissional ao atuar em um programa social. Essa experiência me faz reconhecer a importância de ouvir crianças e adolescentes e contribuir para o seu protagonismo, pois questões atinentes ao racismo reacendeu em mim o encantamento pela temática e enorme desejo de adentrar nesse campo pouco explorado.

A experiência profissional no SCFV, alimentada pelas reflexões no Curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil proporcionado pela UEPB — Guarabira foi essencial para a definição do objeto de estudo, que traz como recorte "Por uma infância sem racismo: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Bananeiras-PB e o enfrentamento do racismo" e que tratará em seu primeiro capítulo da infância, racismo e preconceito racial suas configurações e seu enfrentamento com contextualização dos espaços onde o racismo se manifesta na infância e as formas de enfrentamento. E ainda uma abordagem bibliográfica sobre racismo na infância.

No intuito de apresentar o contexto em que foi realizada a pesquisa, o segundo capitulo, abordará a campanha "Por uma infância sem racismo" e o papel do SCFV no enfrentamento ao racismo contemplando o contexto histórico-social do SCFV de Bananeiras-PB, como se dá essa proteção social básica, a adesão do Selo Unicef e o desenvolvimento da campanha, abordagens e metodologias das ações desenvolvidas para o enfrentamento e combate ao racismo na infância.

O terceiro e ultimo capítulo, apresentará à experiência da campanha e os resultados através do seu acompanhamento e análise qualitativa dos dados da pesquisa, resultados práticos e efeitos da campanha.

#### **CAPITULO I**

# INFÂNCIA, RACISMO E PRECONCEITO RACIAL: CONFIGURAÇÕES E O ENFRENTAMENTO

Progresso significativo para a melhoria da vida das crianças no Brasil tem acontecido, porém, é visto que numa perspectiva de direitos humanos, a situação de crianças negras e indígenas em nosso país não acontece igualmente. Nessa perspectiva, é necessário e fundamental acontecer, pois é crescente o contexto de desigualdade, racismo, discriminação, preconceito ou até mesmo segregação.

O racismo causa efeito e, por conseguinte danos que podem afetar psicologicamente e socialmente a vida de milhares de crianças e adolescentes. Nesse sentido, situações de negação de identidade, de tradição ou mesmo um sentimento de inferioridade pode de forma inconsciente gerar um grande dano. Uma criança ao ver um adulto discriminando, ela pode se tornar vitima do racismo por também aprender a discriminar.

Nesse sentido, concordando com Silva,

A discriminação, por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantém os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado. (SILVA, 2001, p. 75)

Contudo, desde a primeira infância, o potencial de criatividade e imaginação de uma criança é grande e ela já tem a percepção nessa fase cabendo ao adulto o dever de estimular esse potencial e evitar orientações ou explicações preconceituosas para que num futuro breve a criança não caia nos efeitos de negação, de não pertencimento, de esquecimento de sua história.

Precisamos minimizar os impactos do racismo sobre a infância, construir um lugar justo, igualitário e sem discriminação, contribuindo para uma sociedade mais democrática. A superação do racismo, portanto, se faz por meio de ações e exige articulação entre as estratégias culturais e políticas.

# 1.1 - ESPAÇOS ONDE O RACISMO SE MANIFESTA NA INFÂNCIA E AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO.

Já na primeira infância se começa a notar as diferenças físicas existenciais entre uma criança e outra. Nessa fase é essencial que a criança se sinta aceita, acolhida e valorizada com suas e todas as diferenças. Ainda nessa fase, a criança em sua família e também nas relações sociais manifesta algumas representações negativas que se manifestam de diversas formas, bem como, desenvolve sua autoestima que em muitas é um fator que merece atenção para junto não se perpetuar o racismo encontrado em meio a algumas brincadeiras de tom pejorativo, inibição e rejeição da própria imagem, dificuldade de autoconfiança, situações vexatórias.

É na infância através da televisão, dos livros didáticos, dos espaços sociais que o racismo explicito é presente e muitas vezes vinculados a servidão a pessoas brancas. As relações étnicos raciais são aprendidas nessa fase e testemunhadas nos espaços de socialização quando observada a segregação que existe até hoje. Com isso, o mito da democracia racial é sentido no esforço de negar que existe preconceito racial no país.

O papel da escola na infância e em todas as fases da vida é essencial para a mudança na sociedade e nesse sentido a escola é o espaço que deve se firmar a troca de experiências, respeito, diversidade cultural e desconstrução de estereótipos racistas que permeiam o cotidiano das instituições educacionais.

A escola é o lugar da diversidade, da diferença. É o lugar, a *priori*, em que o "outro" é visto de maneira hierárquica a partir do ponto de vista analisado na qual as representações que se tem de bonito/feio, bom/malvado, superior/inferior, relegam ao negro uma posição subalterna em relação ao não negro. (MEIRELES, 2011, p. 75-76)

Para tanto, projetos pedagógicos e mudanças nos currículos escolares, formação de qualidade para os professores, condições adequadas para o exercício da profissão precisam ser dispostos na garantia de uma educação de qualidade e mais inclusiva.

O racismo está presente em diversas formas de manifestação. Dentro da escola os atos racistas ocorrem com mais frequência. Um grande desafio de combate na escola é a falta de conhecimento das leis, capacitação de profissionais

da educação, exercício de práticas frente a desafios como a mediação perante a atos racistas cometidos entre alunos e professores/as para com alunos.

Nossas crianças precisam ter conhecimento de suas origens, de sua cultura, de sua religiosidade. Essas contribuições são importantes para a formação de identidade cultural, visto que o Brasil é um país de grande diversidade cultural e necessita de respeito às diferenças para que a liberdade de desfrutar a cultura com dignidade seja preservado. Nesse sentido, características preconceituosas e discriminatórias arraigadas no cotidiano têm demonstrado e fortalecido a desigualdade que permeia a sociedade.

A desatenção a questão da diferença cultural tem sido instrumento que reforça e mantém a desigualdade social, levando a escola a atuar frequentemente, como mera transmissora de ideologias. Por outro lado, a injustiça socioeconômica se apoia em preconceitos e discriminações de caráter étnico-cultural de tal forma que, muitas vezes, não e possível saber se a discriminação vem pelo fato étnico, pelo socioeconômico ou por ambos (BRASIL/MEC, 2000, p. 42).

Considerando os espaços de socialização da criança, da interação, da memória afetiva, não é difícil trazer a memoria situações que envolvem brincadeiras, risadas, deboches, apelidos, ofensas e neles o racismo. Vale ressaltar que não trata apenas de recordar o racismo reproduzido, mas de viver e sentir na pele. Infelizmente esta é uma realidade que incide negativamente na construção da autoimagem, e tem relação direta com processos de ansiedade, melancolia, de baixa autoestima.

Enfrentar o racismo não é tarefa fácil. Já na infância ele está presente nas relações de raça, classe, gênero dentre outros. A maneira como as pessoas adultas agem e reagem em relação ao racismo, vai legitimar e estimular a maneira como as crianças se percebem e são percebidas umas pelas outras.

Para tanto, cabe a cada um de nós, renunciar todas as formas de discriminação, assumir a diversidade étnico-racial como um elemento positivo, apoiar as crianças negras a reconhecerem seus traços, seu biótipo, ter atitude de não aceitação de discriminação, problematizar a noção que se tem de racismo e concordando com (MEIRELES, 2011, p. 77), "é necessário mostrar para os alunos como as construções negativas sobre o negro são construídas por meio de estereótipos e discriminações, para, somente assim, desconstruir conceitos, ideologias e mitos."

Quanto antes posturas e práticas em relação ao racismo e a diversidade racial forem apresentadas as crianças, mais cedo construiremos maravilhosas memórias de uma infância, marcada por aceitação, certeza de pertencimento e afeto.

#### 1.2 – ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE RACISMO NA INFÂNCIA

O Brasil em seu processo histórico, aspectos culturais e de grande miscigenação tem sido ao longo das relações raciais acentuados. Nesse contexto, práticas discriminatórias, de preconceito e de racismo tem através de uma "falsa democracia racial" tornado o povo inerte intelectual e emocionalmente e ainda tem sido o empecilho na tomada de consciência.

Segundo Candau,

A crença em uma democracia racial construiu no imaginário da população o mito de uma sociedade harmoniosa, não preconceituosa, que não se reconhece como racista e discriminadora. Enfim, um Brasil que seria um paraíso das raças. O desafio que se coloca, neste sentido, é continuar trabalhando para desvelar esse mito. Algo que supõe o reconhecimento da diferença como um dos elementos fundamentais de uma sociedade democrática e a afirmação da diversidade e pluralidade culturais, requerendo também a eliminação de estereótipos raciais e da visão do racismo cordial. (CANDAU, 2003, p.21)

A escola, espaço de socialização e desenvolvimento é de fundamental importância para tratar de abordagens como o racismo, mesmo levando em consideração a forma de pensar de cada pessoa. Sendo a escola esse espaço, não podemos deixar que práticas discriminatórias, de exclusão, de inferiorização da pessoa negra sejam naturalmente permeadas.

O racismo não se dissocia do preconceito e da discriminação, ambos se configuram em práticas. De um lado, o preconceito pautado no elemento emocional e embora muitos neguem sua existência, ele caminha no seio de nossa sociedade, principalmente no Brasil há muitos séculos, do outro, a discriminação carrega uma violência simbólica e provoca inúmeras ocasiões de constrangimento e exclusão da pessoa.

Quanto ao racismo, a primeira dificuldade para defini-lo e assumir sua existência entre nós advém do fato de ele constituir-se uma prática negativa, cruel, humanamente repreensível, com a qual ninguém, em sã consciência (afora os/as racistas declarados/as) quer se identificar. (SILVA, 2001, p. 76)

Assim também, explicito ou implicitamente, o preconceito racial é produzido de várias formas, atingindo principalmente e diretamente as relações humanas. Ele é antes de tudo, uma tarefa de difícil combate. Entender o preconceito racial no Brasil é buscar respostas no passado, porém não iremos atentar para esse contexto, mas procuraremos aqui apresentar sua existência e resistência que parte da construção histórica da sociedade brasileira e bem presentes nos espaços de educação e por que não dizer nas nossas salas de aula, bem como nos espaços de educação informal.

Os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas; são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente. Os preconceitos atuam como filtros de nossa percepção, fortemente impregnados de emoções, colorindo nosso olhar, modulando o ouvir, modelando o tocar, fazendo com que tenhamos uma percepção simplificada e enviesada da realidade (CANDAU, 2003, p. 17).

A escola, espaço de referencia na construção da identidade, tem em sua maioria, classe dominantemente branca com significados culturais mais valorizados e consequentemente de forma simbólica apresentando o racismo como algo "normal". Que de forma implícita ou explicita assim como o preconceito racial, é reproduzido e associado pela cor de pele, pela cultura, religiosidade. Nesse sentido, fica o grande questionamento: se a escola é esse espaço/referencia e não está livre de acontecer o racismo, como podemos pensar sobre essa questão nos espaços de educação informal? "A desigualdade racial não é gestada apenas no ambiente escolar; em várias instâncias da vida social podemos constatar o tratamento diferenciado dado aos negros e brancos." (CAVALLEIRO, 2001, p. 148)

O racismo tem contribuído no aumento dos índices de evasão escolar, analfabetismo, nas relações interpessoais de assimilação de forma que traduz vários problemas que precisam ser enfrentados.

As reflexões sobre a realidade racial dos negros no Brasil nos faz pensar na seguinte interrogação: Enquanto educadores como têm trabalhado as questões

étnicos raciais na escola? Quais nossas atitudes, frente a situações de discriminação? Ao fazermos tais interrogações, já verificamos que não é tarefa fácil. Pensar o racismo na escola, discutir sobre, é um processo complexo, porém necessário. A escola tem para além de sua função de transmissora de conteúdos, a função de formadora de cidadãos conscientes e, portanto, este e outros assuntos pertinentes devem ser abordados.

Nesse processo, é preciso a compreensão e formação dos educadores frente a questões de racismo, ética, diversidade, sexualidade, cultura, entre outros. Trabalhando tais questões de forma significativa, o processo educacional se manifestará na nossa vida e no nosso cotidiano, contribuindo de maneira positiva nas relações, nas convivências, no respeito mútuo, na relação professor x aluno, na coletividade e na comunidade.

É importante enquanto educadores, estarmos atentos frente às estratégias de combate ao racismo na escola. O racismo existe na sociedade brasileira e ainda que negada no discurso, ele se mantém forte e excludente, desse modo, o cotidiano escolar materializa atitudes racistas que, veladas ou explicitas atingem a criança negra (SANTOS; SOUZA; FONSECA, 2011, p. 113).

Combater o racismo não é tarefa fácil e antes disso é preciso compreender o que é racismo. Dessa forma, o entendimento e que se faz necessária no processo de formação do educador sobre racismo, discriminação racial e preconceito revelarão os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira.

A necessidade de conhecimento conceptual é necessária e está totalmente associada às experiências concretas do cotidiano, visto que, a partir de tais é possível construir experiências, vivencias, analises e propor estratégias de combate, resolução de conflitos e mudança de valores da qual recai sob a autonomia do educador.

Para tanto, contribuindo com a obrigatoriedade das leis vigentes, no início de 2003, vários debates em âmbito nacional resultou, finalmente, na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639, que determinou os seguintes artigos:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

- § 1ª O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
- § 2ª Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Estes dispositivos legais encontraram nas "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" as orientações para formulação de seus projetos comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas. Este parecer procurou dar respostas na área de educação para demanda da população afrodescendente, por meio da construção de uma política curricular que combatesse o racismo e as discriminações, especialmente dos negros.

A Lei 10.639/2003 nasceu de um diálogo das reivindicações dos movimentos sociais, no sentido de orientar os sistemas de ensino e as instituições dedicadas à educação, para que dedicassem cuidadosa atenção à incorporação nas práticas escolares da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. Ela simboliza, de um lado, ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e, de outro, ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

Essa lei é um importante instrumento para as instituições educacionais quanto a suas atribuições no âmbito do ensino étnico-racial. Ela introduz reflexões em torno da história da cultura africana e afro-brasileira, tem como principal objetivo combater as práticas racistas e discriminatórias também em religiões de matriz africana e este processo começa na escola.

Sua aplicação requer formação e transmissão de informação. As diretrizes curriculares estabelecem de forma ampla e clara as orientações que precisa ter sobre a mesma. Segundo o plano nacional de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Educação para as relações étnico-raciais, a Lei 10.639/2003 e, posteriormente, a Lei 11.645/2008, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, são leis afirmativas, que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a

necessária valorização das matrizes culturais que construíram a identidade do Brasil, um país múltiplo e plural.

A partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para as Relações Étnico-raciais, outras ações surgiram para ampliar o acesso dos negros e afro-brasileiros a todos os sistemas educacionais de ensino. Em detrimento do reconhecimento das diferenças como apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais dentro do eixo da Pluralidade Cultural e Orientação Sexual:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL/MEC, 2001).

Nesse sentido, torna-se imperativo o debate da educação a serviço do reconhecimento das diferenças, tendo como desafio a formação de um sujeito mais crítico, pautado no reconhecimento da riqueza econômica e social e na identidade nacional. Por ser um direito humano e social, a educação precisa constituir-se enquanto prática social que reconheça, valorize e trabalhe de forma ética e também profissional a diversidade étnico-racial. Destaco o que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

"O combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas dever ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil." (BRASIL/MEC/DCNEI, 2009, p. 10).

Desde a educação infantil, é necessário que os profissionais conheçam as legislações e políticas que compreendam sua radicalidade política e pedagógica. A educação infantil também necessita de políticas que obriguem o trabalho com a educação étnico e racial e a diversidade cultural. É de suma importância trabalhar a diversidade desde a infância, pois ao ser preparada desde cedo à criança conseguirá combater o preconceito na relação entre seus pares.

A escola tem como desafio desenvolver momentos pedagógicos que valorize as diversas identidades culturais, oferecer oportunidades para que as crianças possam fazer uma interpretação de mundo, conhecendo e vivenciando a sua própria diversidade e a dos colegas, valorizar e respeitar os negros e índios e suas culturas

para compreender seus valores e lutas pela liberdade de expressão e inclusão nos espaços sociais. Concordando com Cavalleiro (2001, p. 155),

é necessário construirmos um cotidiano escolar que dê margem também à participação positiva da criança e do adolescente negros, o que auxiliará na sua integração e no seu desenvolvimento. E, paralelamente, levará a todos os presentes na escola a vivenciar um tratamento pautado na igualdade e na solidariedade.

Nesse sentido, cabe também a família a luta contra as discriminações e desigualdades. É preciso entender que os espaços de construção de conhecimento não podem continuar a persistir na negação e omissão do preconceito racial, da discriminação racial, do racismo.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivamente da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e as discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (BRASIL/DC, 2004, p.14).

#### **CAPITULO II**

### A CAMPANHA "POR UMA INFANCIA SEM RACISMO" E O PAPEL DO SCFV NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A campanha "Por uma infância sem racismo", lançada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), é de nível nacional sobre o impacto do racismo na infância. Ela, através do UNICEF quer fazer um alerta sobre a necessidade da quebra do círculo vicioso do racismo para, dessa forma, estimular a criação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis.

Com a finalidade de saber quais foram às mudanças ocorridas a partir da Lei 10.639/2003 através da campanha, apresentaremos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de Bananeiras/PB onde a mesma ocorre para verificarmos em uma abordagem qualitativa o papel do SCFV no enfrentamento ao racismo, qual trabalho desenvolvido nesse espaço e com seus usuários.

O SCFV é um espaço que acolhe crianças e adolescentes de 06 a 18 anos no contra turno ao ensino regular ao que estuda, considerando a faixa etária e tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada faixa etária.

A campanha tem como objetivo mobilizar a sociedade brasileira para a necessidade de assegurar a equidade e a igualdade étnico-racial desde a infância. Para o UNICEF, o combate ao racismo implica valorizar as diferenças, promovendo a igualdade de tratamento e oportunidades para cada menina e menino no Brasil, o que ainda representa um grande desafio para o País. Assim busca-se contribuir com o debate nacional sobre direitos da infância e adolescência, envolvendo cada segmento da sociedade no esforço do combate ao racismo a partir do reconhecimento de sua existência. Promover a equidade racial, enfrentar o racismo e promover a diversidade é papel dos governos e de cada cidadão, além de ser de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico.

#### 2.1 - CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO SCFV DE BANANEIRAS-PB

Em 2006, visando atender a uma das exigências da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), voltada à construção de uma norma de Recursos Humanos para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Norma Operacional Básica (NOB)/Suas é publicada no intuito de construir as bases para a implantação do SUAS e aglutina os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da Assistência Social (BRASIL, MDS, NOB-SUAS-RH, 2005). Nesse sentido, a Resolução 109/2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, definindo três níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidades prioritárias à infância e juventude, considerando as vulnerabilidades nesse ciclo de vida, estabelecida pelo SUAS.

Nesse processo de construção e reestruturação dos Serviços de Assistência Social, um importante marco foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que explicita a prioridade de inserção de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, beneficiários do Peti, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a ser ofertado pela Proteção Social Básica (PSB). (BRASIL/SUAS, 2010a, p. 37).

Previsto no SCVF (crianças de 6 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e idosos), os três níveis são destinados especificamente para a infância e a juventude e materializa o reconhecimento desse público como sujeito de direito e com efetiva participação na sociedade no eixo de participação da criança. A participação da criança como eixo orientador dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos permite criar espaços públicos em que a criança possa ser ouvida e possa exercer seu papel ático de ator social (BRASIL/SUAS, 2010a, p.19).

O SCFV constitui em um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada faixa etária.

Em Bananeiras-PB, o SCFV que é vinculado à Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e tem o objetivo de contribuir para o enfrentamento à discriminação racial desde a infância, tem grande destaque nas atividades, eventos, oficinas que oferta bem como na temática étnico-racial, tem dentre os/as usuários/as

atendidos/as, crianças e adolescentes com histórico de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares, retiradas do trabalho infantil, com vivência de violências, famílias com precário acesso a renda e são de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda como a Bolsa Família. Ele acolhe crianças e adolescentes de 06 a 18 anos, nos turnos manhã e tarde (contra turno ao ensino regular ao que estuda), em dias alternados considerando a faixa etária e tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada faixa etária.

As atividades socioeducativas se dão por meio de grupos organizados de acordo com o seu ciclo de vida, de modo a garantir aquisições progressivas ao seu desenvolvimento e a prevenção da ocorrência de situações de risco social. São atividades lúdicas, culturais e esportivas que garantem as variadas formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Têm no espaço, vivências grupais e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

Dessa forma, estimula à inserção, reinserção e permanência da criança e do adolescente no sistema educacional, no exercício da cidadania, do protagonismo, da autonomia e a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo. Contribui para complementar as ações da família e da comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

De caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e atividades promovidas, ele tem contribuído para a diversidade com tolerância e respeito ao outro de forma saudável e harmoniosa. E ainda tem sido o grande espaço de contribuição nos índices e dados concretos na conquista de quatro selos de Município Aprovado pelo UNICEF por serem os usuários, os protagonistas dessas conquistas. Esse serviço é de extrema relevância e importância, pois é essencial à rede sócio assistencial do município, quando desenvolvido de forma articulada com as demais políticas públicas e na perspectiva de garantir a Proteção Integral dos sujeitos de direitos.

# 2.2 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV

Com a proliferação de projetos alternativos de atendimento a crianças e adolescentes e o surgimento de movimentos em defesa de seus direitos, no início da década de 1980, apareceram medidas de proteção à criança. A luta pelo reconhecimento dos direitos desses públicos propicia a aprovação do art. 227 na Constituição Federal de 1988, responsabilizando a família, sociedade e o Estado pela proteção à criança e ao adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL/CF, 1988)

Como prioridade absoluta, igualdade de tratamento para todos, sem privilégios e discriminações, bem como considera que todos são igualmente responsáveis pela criança e adolescente, os direitos de tais passam a ser entendidos. Com a promulgação da Lei Federal nº 8.069, Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, em 13 de julho de 1990, que compreende que a criança e o adolescente devem ser reconhecidos conforme sua idade, tendo garantia do direito à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade, sem distinção, ou seja, passaram a ser vistos como cidadãos em desenvolvimento com direitos, o artigo 227 da Constituição Federal é regulamentado.

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009 quando tipifica nacionalmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, padroniza e direciona seu atendimento segundo diretrizes nacionais e especificas com o objetivo de:

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o

- desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. (BRASIL/CNAS, 2009)

E denomina o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, para crianças e adolescentes, com as seguintes orientações:

Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para resignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (BRASIL/CNAS, 2009)

Previsto na PNAS como serviço da Proteção Social Básica, o SCFV tem como finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida do usuário (BRASIL/PNAS, 2011a). É um serviço organizado em grupos, que incentiva a participação social e o convívio comunitário, atua diretamente nos territórios de vulnerabilidade.

#### 2.3 – ADESÃO DO SELO UNICEF E DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

Com o objetivo de alertar a sociedade sobre os impactos do racismo na infância e adolescência, a UNICEF e seus parceiros tomam a iniciativa de fazer um alerta à sociedade sobre os impactos do racismo na infância e adolescência. Essa mobilização social visa assegurar o respeito e a igualdade étnico-racial desde a infância.

A Campanha desenvolve um conjunto de estratégias dentro do eixo de participação social do Selo UNICEF Município Aprovado. A adesão ao selo e, por conseguinte a conquista do mesmo pode torna-se um reconhecimento internacional

que o município pode conquistar a partir de um diagnóstico e de dados levantados pelo UNICEF, nesse sentido, os municípios que se inscrevem também passam a conhecer melhor sua realidade e as políticas voltadas para infância e adolescência que desenvolvem e/ou poderão desenvolver.

Dessa forma, devem ser mudanças que ajudem a eliminar atitudes discriminatórias, ser uma ação em rede, alcançar diferentes espaços (família, escola, trabalho).

Ao lançar a campanha, o UNICEF propõe dez maneiras de contribuir para uma infância sem racismo:

- 1. Eduque as crianças para o respeito à diferença. Ela está nos tipos de brinquedos, nas línguas faladas, nos vários costumes entre os amigos e pessoas de diferentes culturas, raças e etnias. As diferenças enriquecem nosso conhecimento.
- 2. Textos, histórias, olhares, piadas e expressões podem ser estigmatizantes com outras crianças, culturas e tradições. Indigne-se e esteja alerta se isso acontecer contextualize e sensibilize!
- 3. Não classifique o outro pela cor da pele; o essencial você ainda não viu. Lembre-se: racismo é crime.
- 4. Se seu filho ou filha foi discriminado, abrace-o, apoie-o. Mostre-lhe que a diferença entre as pessoas é legal e que cada um pode usufruir de seus direitos igualmente. Toda criança tem o direito de crescer sem ser discriminada.
- 5. Não deixe de denunciar. Em todos os casos de discriminação, você deve buscar defesa no conselho tutelar, nas ouvidorias dos serviços públicos, na OAB e nas delegacias de proteção à infância e adolescência. A discriminação é uma violação de direitos.
- 6. Proporcione e estimule a convivência de crianças de diferentes raças e etnias nas brincadeiras, nas salas de aula, em casa ou em qualquer outro lugar.
- 7. Valorize e incentive o comportamento respeitoso e sem preconceito em relação à diversidade étnico-racial.
- 8. Muitas empresas estão revendo sua política de seleção e de pessoal com base na multiculturalidade e na igualdade racial. Procure saber se o local onde você trabalha participa também dessa agenda. Se não, fale disso com seus colegas e supervisores.
- 9. Órgãos públicos de saúde e de assistência social estão trabalhando com rotinas de atendimento sem discriminação para famílias indígenas e negras. Você pode cobrar essa postura dos serviços de saúde e sociais da sua cidade. Valorize as iniciativas nesse sentido.
- 10. As escolas são grandes espaços de aprendizagem. Em muitas, as crianças e os adolescentes estão aprendendo sobre a história e a cultura dos povos indígenas e da população negra; e como enfrentar o racismo. Ajude a escola de seus filhos a também adotar essa postura. (UNICEF, 2010)

Como a ideia essencial da adesão é fortalecer a política de educação para a igualdade étnico-racial, de forma simples e prática pretende-se estimular as escolas públicas municipais e refletir sobre como vêm trabalhando para incorporar as

culturas afro-brasileira, africana e indígena nos conteúdos escolares, de modo que crianças e adolescentes as reconheçam nas expressões da localidade onde vivem e as entendam em sua trajetória escolar.

### 2.4 – ABORDAGENS E METODOLOGIAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA O ENFRENTAMENTO E COMBATE AO RACISMO NA INFÂNCIA.

Como parte do Eixo de Participação Social, cada município deve realizar dois Fóruns Comunitário do Selo UNICEF e fazer seu Plano de Ação que são atividades direcionadas e fixas da adesão. Sempre com a presença de mediadores do UNICEF, o desempenho do município será avaliado, bem como pela comunidade. O que se pode garantir desde já é que, quanto mais participativa e articulada for toda a experiência, melhores serão os resultados! Para além da conquista do Selo, o UNICEF espera que o trabalho realizado no cotidiano dos municípios, contribuindo com a melhoria das políticas públicas locais. Com isso, a proposta é definir prioridades para os municípios avançarem nos indicadores sociais da infância e adolescência.

Com a adesão e apoio das prefeituras por meio das secretarias municipais de Educação, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Comunicação, entre outras, grupos de trabalho deverão ser construídos e organizados para desenvolver ações nas unidades de ensino e em outros espaços alternativos de aprendizagem.

Todas as ações devem ter sempre a participação intensa de crianças e adolescentes em atividades ligadas à educação, à cultura, ao meio ambiente, ao esporte e ao lazer do seu município. Dessa forma, conhecem melhor suas raízes, seu povo e sua realidade, como estudantes tendem a compreender as formas de convivência com a região onde vivem, valorizando sua cultura e história e atuando como agentes de transformação social.

No alcance desses objetivos, estão as 10 maneiras de contribuir para uma infância sem racismo, proposto pelo UNICEF com o propósito de oferecer sugestões sobre o que cada um pode fazer para reduzir o impacto do racismo na infância e na adolescência, mobilizar a comunidade e redes com ideias e iniciativas, criar peças de mídia e de sensibilização, apoiar projetos sociais de promoção da equidade

étnico-racial para crianças e adolescentes, ou seja, dar conhecimento e visibilidade sobre o que cada um está fazendo para garantir Uma Infância sem Racismo.

O foco é localizar a presença de influências indígenas e afro-brasileiras nos municípios. A busca deve acontecer nas áreas urbana e rural, em escolas, aldeias, comunidades quilombolas, de forma a abranger todos os espaços e expressões. Também faz parte do conteúdo, os marcos legais que estabeleceram a obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino, nesse sentido, a Lei Nº 10.639/03 e a Lei Nº 11.645 que alterou a LDB tiveram a maior importância, ambas, requerem entre outras providências, a formação inicial e continuada de professores e a produção de materiais didáticos.

Ressalta-se também, a importância da contribuição de instituições de educação não formal, como por exemplo, o SCFV e organizações da sociedade atuantes na área da infância e adolescência e lideranças adolescentes como é o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar.

Como parte fundamental em todas as etapas, a comunicação é essencial para manter a comunidade sempre informada sobre tudo o que acontece e mobiliza a participação.

Contudo, para inicio de trabalho, cada município precisa investigar como as culturas indígenas e afro-brasileira são incorporadas na vivência da população local, como toda a comunidade se relaciona com essas tradições, como os antepassados são lembrados em suas lutas para sobreviver, seus valores e crenças, suas formas de lazer e de brincar para que todos identifiquem, reconheçam e valorizem nas escolas, nas comunidades, no município. Esse é um compromisso principal das políticas públicas educacionais que têm de estar comprometidas com a superação das desigualdades étnico-raciais. A escola e seus principais agentes (professores e alunos) devem estar motivados para que juntos caminhem na promoção da igualdade e da justiça social.

#### **CAPITULO III**

### A EXPERIÊNCIA E RESULTADOS DA CAMPANHA "POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO"

#### 3.1 – A CAMPANHA

A Campanha é uma das ações estratégicas de participação social do Selo UNICEF Município Aprovado. É também um reconhecimento internacional que o município pode conquistar a partir de um diagnóstico e de dados levantados pelo UNICEF, quando o gestor do município adere e passa junto a toda sociedade a conhecer melhor a realidade do seu município e as políticas voltadas para infância e adolescência.

A partir dessa iniciativa, ou seja, da adesão firmada, o município deve estimular crianças e adolescentes a reconhecer, valorizar e preservar as culturas afro-brasileira, africana e indígena, com vistas a fortalecer a política de educação para a igualdade étnico-racial. Para tanto, as escolas públicas municipais devem de forma simples e prática estimular e refletir como vêm trabalhando tais questões nos conteúdos escolares e façam com que crianças e adolescentes as reconheçam nas expressões da localidade onde vivem e as entendam em sua trajetória escolar.

Após a adesão, o articulador do Selo no município deve junto aos gestores, técnicos, conselheiros, lideranças sociais, além das próprias famílias, adolescentes e crianças, mobilizar a campanha para melhorar de forma concreta a vida de meninas e meninos, fortalecer o município na garantia dos direitos.

No município de Bananeiras – PB, com vistas a saber como aconteceu a campanha "Por uma infância sem racismo" desde sua adesão até a continuidade da mesma na busca de verificar o enfrentamento do racismo, abordaremos aqui o SCFV que é o foco desse trabalho a abordagem e desenvolvido das atividades realizadas nesse espaço e com seus usuários.

Em 2011, quando o município aderiu à campanha, todas as escolas da zona urbana e rural foram mobilizadas, bem como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV com o objetivo de contribuir para o

enfrentamento à discriminação racial desde a infância. A primeira providência foi escolher um mobilizador local com ligação ao assunto em foco. Selecionado pelo articulador do Selo junto a Comissão Municipal Pró-Selo, buscou desenvolver atividades nas escolas e no SCFV em sintonia com a proposta pedagógica traçada para a rede municipal. Cuidou da composição de um Grupo de Trabalho (GT) específico para o tema, agregou mais pessoas identificadas com o tema para formar o GT e com isso acompanhar o trabalho desenvolvido pelas escolas, incentivou a integração de escolas municipais nas atividades do tema, entre outras atividades.





Durante todo o processo, o GT não perdeu de vista pontos fundamentais junto ao articulador do Selo e a Comissão Pró-Selo. Juntos, se envolveram e motivaram as escolas municipais, considerando o número mínimo proposto pelo UNICEF para desenvolver as atividades, apoiaram as escolas e forneceram as informações necessárias, estimulou o registro das atividades em fotos, vídeos, depoimentos, peças de comunicação, etc., acompanharam o desenvolvimento das atividades, receberam relatório de cada escola participante, sistematizaram as informações para a apresentação final e apresentaram todas as atividades desenvolvidas e os resultados da campanha.

# 3.2 - ABORDAGEM E ACOMPANHAMENTO DA CAMPANHA NO SCFV DE BANANEIRAS-PB

As atividades do Selo UNICEF com a campanha propôs que as escolas municipais aderissem à realização das mesmas de forma dinâmica, participativa, orientada. Nesse sentido, o SCFV aderiu à proposta e realizou um belíssimo trabalho de participação social.

Todas as atividades realizadas foram propostas pelo Selo UNICEF, das quais destaco três atividades essências para inicio de campanha, são elas: levantamento sobre implementação das leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08 no SCFV, criação de álbum da cultura e identidade afro-brasileira e indígena e produção de peças de comunicação.

Ao realizar o levantamento sobre a implementação das leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, foi perceptível pelos registros o quão foi novo o conhecimento sobre tais. Esta atividade ajudou a conhecer o que se ampliou na adoção dos conteúdos de cultura e história de indígenas e afro-brasileiros nas salas de aula com o trabalho do Selo. Em seguida, foi criado em DVD um álbum da cultura e identidade afro-brasileira e indígena. Esse álbum é uma coleção de amostras de expressões culturais e narrativas sobre as formas de incorporação da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Ele expõe dois aspectos básicos: as expressões culturais afro-brasileiras e indígenas do município.

Essa atividade de criação de álbum da cultura e identidade afro-brasileira e indígena aconteceu durante a edição do Selo de forma prolongada, pois atividades de pesquisa, entrevista, gravação, entre outras foram realizadas. Vale destacar que em todas as atividades, as crianças e adolescentes fizeram parte diretamente da produção, desde o estudo do tema, produção de roteiros, realização de entrevistas até a seleção e montagem do material final a ser exposto.

Com a ajuda do GT, o estudo do tema foi proporcionado por sessões prévias de discussões e debates para obter informações sobre as culturas afro-brasileira e indígena. Essa preparação ajudou na busca de expressões culturais negras e indígenas do município, além de constituir um passo importante para integrar tal temática as atividades ofertadas no SCFV e nas escolas, na composição do currículo escolar. A etapa seguinte se deu com a produção de roteiros com questionários para realização de entrevistas e coletas de depoimentos. Nessa etapa,

grupos foram montados e foram a campo para levantar informações sobre as expressões culturais negras e indígenas existentes no município.

Em complemento, a terceira etapa ocorreu com as entrevistas, todas elas gravadas. Finalizando, todos os grupos socializaram suas produções, destacando detalhes das conversas e trechos que foram possíveis estar no álbum e nas peças de comunicação.

A seleção do material para compor o álbum demonstrou como cada escola envolvida e o SCFV atuaram na promoção de ações contínuas relacionadas à obrigatoriedade da inclusão das culturas afro-brasileira, africana e indígena no combate ao racismo e aplicabilidade das leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08.

Na composição do álbum do SCFV, estão registradas algumas visitas a pessoas e lugares importantes do município:

- Visita a Lagoa do Encanto¹;
- Visita a Mata da Goiamunduba2;
- Visita a Dona Terezinha³ (benzedeira e contadora de estórias);
- Visita e entrevista com Dona Olindina<sup>4</sup> (senhora mais idosa do município, hoje com 115 anos);
- Visita ao templo de Candomblé<sup>5</sup> (antes da visita e campanha não tinha reconhecimento e respeito);

<sup>2</sup> - Localizada na zona rural, a dez minutos de carro da cidade. Compõe três florestas que formam a ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico de Goiamunduba. São 100 hectares de matas nativas do Cumbre, da Bica e Boqueirão, onde existem árvores que já foram extintas em outros redutos da Mata Atlântica e com comuns "olhos d'água" perenes, de boa potabilidade e até mineral.

<sup>4</sup> Considerada a mulher mais idosa de Bananeiras e talvez do brejo paraibano. Ela nasceu no dia 06 de janeiro de 1903, no sítio Pau D'arco, zona rural de Bananeiras. Ainda continua morando nesse município, na Rua Alfrêdo Guimarães (Rua da cadeia).

\_

¹ - Pequena lagoa localizada no centro da Mata da Bica em Goiamunduba. Conta-se que no início do Século XIX, a lagoa teria engolido um carreiro, os bois e o carro. Moradores antigos falam das ruínas de um cemitério de escravos, nas proximidades. Uma lenda conta a história de um pássaro noturno, chamado de "Sou eu", além da crença da existência de figuras da mitologia brasileira a exemplo de "Cumadre Fulôzinha".

³ - Benzedeira e lendária. Moradora e contadora de estórias do Sitio Goiamunduba. Conta a lenda do Sou Eu e valoriza o conhecimento oral. Transmite essa e outras histórias às novas gerações, além de disseminar a lenda local nas escolas públicas de Bananeiras, auxiliando o aprendizado educacional e transmitindo este conhecimento oral às novas gerações.

<sup>5 -</sup> De matriz africana, o Barracão Ilê Oxum Opará tem a sua frente à mãe de Santo Socorro. O Barracão até antes da visita e apresentação a toda comunidade de sua existência e por ser de religião de matriz africana, não tinha reconhecimento e visibilidade, vivia no anonimato. Após a campanha "Por Uma Infância Sem Racismo", tornou-se de conhecimento da população e tem buscado aceitação e respeito dentre as demais religiões existentes no município.

- Visita ao museu<sup>6</sup>:
- Visita ao Sítio Umari<sup>7</sup>;
- Visita ao Sítio Cocos<sup>8</sup>:
- Visita a AABB Comunidade para a oficina de balaio de cipó com Sr. José<sup>9</sup>;
- Oficina de panela de barro com D. Maria da Glória<sup>10</sup>; entre outras atividades.

Todas essas atividades compuseram o álbum intitulado "Cultura e Identidade: Comunicação para Igualdade Racial" e por fim, culminou de fato no lançamento da campanha "Por uma infância sem racismo" em novembro de 2011.



Para que todas essas atividades e demais realizadas fossem conhecimento de todas as comunidades e do município em si, a terceira e ultima atividade se deu com a produção de peças de comunicação, ou seja, apresentar através de recursos de comunicação (jornal, mural, rádio, blogs, sites, entre outros)

Artesão. É um dos únicos que mantém a tradição de confeccionar balaios e outras peças

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Pretendeu com esta, através do que compunha o museu, apresentar a história de Bananeiras.

 <sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Zona rural e região onde concentra uma variedade de inscrições rupestres.
 <sup>8</sup> Zona rural. Local onde várias peças e utensílios de cerâmicas de nossos antepassados foram encontrados contabiliza mais de 100 anos de tais, dentre estes, uma peça que se encontrada em João Pessoa para estudo.

com cipó.

10 - Artesã. Sustentou por muitos anos a sua família com essa arte e da qual nesse momento, não se registrou outra pessoa que a domine.

todo o trabalho de campanha que estava sendo pesquisado e desenvolvido para a população. No município de Bananeiras, toda semana crianças e adolescentes faziam chamadas de conscientização e enfrentamento ao racismo através de vários meios de comunicação e principalmente de uma ferramenta que já utilizavam o programa de rádio "Gente que sabe", realizado por um grupo de alunos da rede pública e particular que se interessavam por essa e outras temáticas.

Essas atividades ressaltaram e valorizaram as contribuições civilizatórias de uma ou das duas culturas na formação cultural do município, expressaram uma forma de resistência desses povos à invisibilidade além de mostraram como o município contribui para a formação de professores e para a produção de material didático sobre a temática. Afinal, é preciso tornar essas culturas mais conhecidas, ajudar a ampliar o tema dentro das salas de aula e currículos escolares, conforme indicam as leis.

## 3.3 - ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS DA PESQUISA, RESULTADOS PRÁTICOS E EFEITOS DA CAMPANHA.

As atividades que permearam a campanha "Por uma infância sem racismo" e pensadas para o combate ao racismo na infância, concretizaram o objetivo deste trabalho. Compreender a importância de combate ao racismo de forma que exigiu o envolvimento de toda a comunidade, não foi tarefa fácil e não se tratou apenas de alcançar indicadores para a conquista de mais um Selo UNICEF Município Aprovado, visto que, no ano de adesão a campanha (2011), o município já era contemplado com o terceiro selo aprovado consecutivamente, hoje já se encaminha para o quinto. Dessa forma, foi verificado como o SCFV contribuiu para assegurar através da campanha a Lei 10.639/2003, a efetivação da campanha e o estimulo dados a crianças, adolescentes e jovens para o desenvolvimento do seu protagonismo e combate ao racismo.

Contribuiu ainda para estabelecer e cultivar elos e parcerias entre escolas, instituições públicas, ONGs, conselhos, famílias, grupos de adolescentes e líderes comunitários.

A busca por indicadores sociais cada vez mais justos precisa ser permanente. O trabalho de atenção e proteção à criança e ao adolescente deve se tornar um compromisso de todos.

Faz-se necessário avaliar localmente o trabalho realizado e dar continuidade do mesmo. A busca de coleta de dados que venha contribuir com o município, a produção de conhecimento sobre eles, a mobilização das famílias, o planejamento das ações concretas pelo bem da sociedade, o estimulo a criação de políticas públicas abrangentes e democráticas e o acompanhamento do cumprimento das atividades propostas incluindo lideranças e autoridades é fundamental para o crescimento e desenvolvimento sempre mais do município e da sociedade.

Para tanto, as propostas do Selo atingiram êxito e as crianças e adolescentes tiveram conhecimento dos seus direitos, bem como, conheceram seu município e as expressões culturais e narrativas sobre as formas de incorporação da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

O grande desafio hoje é ter o mesmo fôlego para manter a campanha como foi com a sua mobilização. Pois já visualizo como uma ação passageira ou ainda interessante quando para incluir em relatórios o cumprimento do desenvolvimento de atividades que venham a aumentar os indicadores de avaliação do Selo. Outro desafio é a permanência da temática no currículo escolar, unindo conteúdos tradicionais de cada disciplina às temáticas propostas pelo Selo.

Para melhor responder ao problema do estudo, foi adotada a pesquisa exploratória, por entendermos que ela proporciona maior intimidade com o problema por meio de levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem sua compreensão (GIL, 2010).

A interpretação dos dados a seguir, buscou responder as seguintes questões de pesquisa:

- 1 Como a campanha no SCFV tem contribuído e assegurado com sucesso o combate ao racismo e, por conseguinte, elevado os indicadores para aprovação do Selo Unicef?
- 2 Quais indicadores o SCFV tem contribuído para a efetivação e aprovação do Selo?
- 3 De que forma a campanha tem no SCFV estimulado crianças e adolescentes para o desenvolvimento do seu protagonismo e combate ao racismo?

Os discursos que permearam as visitas, entrevistas e as oficinas realizadas comporão junto às várias leituras, aos materiais coletados, a dinâmica do processo da campanha e posteriormente o desafio de combate ao racismo na infância.

Foi desafiador a coleta de dados e simultaneamente lançar mão de algumas análises, o que exigiu uma maturidade e capacidade de separar-se (abstrair) dos dados. A partir destas considerações, seguem os dados e a análise.

Os documentos analisados nesse trabalho são considerados de grande relevância para o município. Eles são a base de compreensão para os resultados do Selo Unicef Município Aprovado nas edições de adesão.

Foram analisados o Plano Municipal de Ação (Edição 2009/2012 que compreendeu a adesão da campanha "Por uma Infância sem Racismo" e conquista da 3º Selo), o Plano Municipal de Ação (Edição 2013/2016 que conquistou o 4ºSelo), o relatório do resultado final da Edição 2009/2012 e o relatório do resultado final da Edição 2013/2016. Estes relatórios foram encaminhados pelo UNICEF com a certificação do Selo de Município Aprovado.

Para chegar ao plano de ação e avaliação final, a UNICEF antes solicitou ao município algumas dados relevantes por meio de eixos. Esses dados tornam-se uma de Linha de Base e de acordo com os dados da Estatística do Registro Civil do IBGE, foi feita uma percentagem de base intermediaria e dada uma média de percentual em que por indicadores o município deverá sair da situação VERMELHA (Indica cuidado. O município está pior que a media de demais grupos e precisa melhorar) para a VERDE (Sinaliza que a situação ou desempenho do município está igual ou melhor que a média).

Ao analisar os documentos, averiguamos que no Plano Municipal de Ação da Edição 2009/2012 não consta como ação de estratégia, o estimulo as Leis 10.639 e 11.645 e nem a Campanha "Por uma infância sem racismo" que foi aderida em 2011. Porém, no relatório final, o eixo de participação social que neste trabalho é o que interessa, teve a aprovação necessária (de um total de 5 pontuou em 3).

A surpresa neste relatório foi encontrar no final do mesmo o desempenho do município nesse eixo de forma exitosa e com ênfase a atividade temática 1: Arte, cultura e comunicação para a diversidade Étnico-Racial com a nota 72.53, estando como quase 5.0 pontos acima da média que era 67.65 e portanto, compreende-se que atendeu aos critérios, atividades e ações solicitadas.

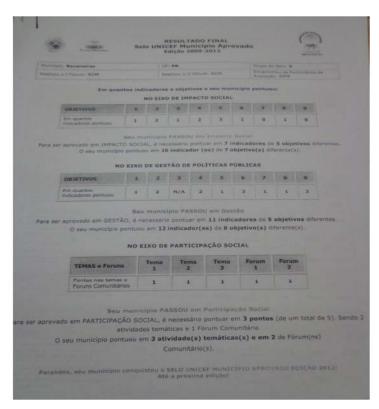




Plano Municipal de Ação- Edição 2009/2012

Relatório de resultado final - Edição 2009/2012

Buscando entender o que acontece junto ao articulador municipal, ele disse não ter ainda como atividade obrigatória as duas questões acima colocadas e, portanto, não descritas como indicadores. Que por ter as leis já inclusas nas atividades dos indicadores da educação, seria algo diferente das demais atividades propostas, o desafio de exposição das mesmas e adesão da campanha, já que não era uma obrigatoriedade. Contudo, consagrou com uma linda campanha a conquista do 3º Selo Unicef Município Aprovado consecutivo.



Resultado Final da Edição 2009/2012

Buscando verificar a continuidade das atividades em foco e, portanto a descrição das questões como indicadores, em analise ao Plano Municipal de Ação – Edição 2013/2016 verificamos que ele sinalizou esses indicadores.

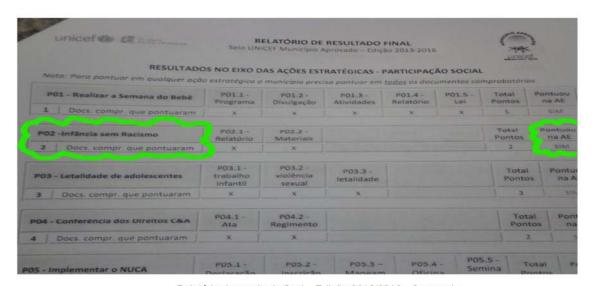




Plano Municipal de Ação- Edição 2013/2016

Indicadores da campanha e leis - Edição 2013/2016

O relatório de resultado final da Edição 2013/2016 também sinalou positivamente. Das 28 ações estratégicas (AE) a serem pontuadas, incluindo três obrigatórias, o município pontuou em 23 sendo 9 de participação social mais as obrigatórias. A campanha (P02 = Proposta 02) obteve 2 pontos e a implementação das leis 10.639 e 11.645 (A06 = Ação 06) obteve 3 pontos.



Relatório de resultado final – Edição 2013/2016 - Campanha

		000.7		1 -	ntal   Pon
Docs, compr. que pontuaram	×	×			2 511
08 - HIV/Sifilis para gestantes	A08.1 - Plano	A08.2 - Lista			ntos Ponti
6 Docs, compr. que pontuaram	×				sin
87 - Convivência com o Semiárido	A07.1 - Relatórios			Tot	tos na A
5 Docs. compr. que pontuaram	×	×	× .	3	
A06 - Leis 10.639 e 11.645 nas	A06.1 - ações	A06.2 - Programação	A06.3 -	Total	
14 Docs. compr. que pontuaram	×	×	×		
AOS - Água, banheiro e cozinha nas escolas	A05.1 - Relatório	A05.2 - Plano	A05.3 - materiais	Total Pontos	
13 Docs. compr. que pontuaram	) ×	×			Pontuou
Brasil:	frequência	Formulário		Pontos	na AE
A04 - Duas etapas da Provinha	A04.1 -	A04.2 -		Total	Pontuou
12 Docs compr. que pontuaram	×	×	×	1 3	SIN
A03 - Inclusão e permanência na educação	A03.1 - Lista	A03.2 - Ofício	A03.3 - transporte	Total Pontos	Pontuou na AE

Relatório de resultado final - Edição 2013/2016 - Leis

Para pontuar em qualquer ação estratégica o município precisa pontuar em todos os documentos comprobatórios e, portanto segundo o articulador municipal, todas as atividades de mobilização com a temática étnico racial foram bem sucedidas e garantiu pela continuidade de suas ações a conquista do 4º selo.

Mediante os resultados consecutivos dos indicadores quanto à campanha e aplicabilidade das leis, foram possíveis pela abordagem qualitativa, verificar os indicadores e mais profundamente os resultados práticos e efeitos da campanha no SCFV.

Uma reflexão cuidadosa a respeito dos dados coletados reforça a importância da ação de professores e professoras no combate às desigualdades no espaço escolar e sinaliza possíveis caminhos para a realização de uma educação anti-racista, o que certamente colaborará para a transformação desse quadro de racismo na sociedade mais ampla. (CAVALLEIRO, 2011, p. 144)

Na instituição aqui pesquisada foi notório o reconhecimento da importância da cultura africana e assuntos correlatos como a desigualdade racial, defesa dos direitos humanos, o valor de cada cultura para a formação do nosso país e da sociedade. Isso foi comprovado pelo envolvimento de todos, em especial dos usuários e ainda na conquista dos selos aprovados consecutivamente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O caminho percorrido neste trabalho foi de apresentar uma analise sobre o racismo, combate e efeitos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Bananeiras - PB, mediante a campanha "Por uma infância sem racismo" proposta pelo Selo UNICEF nesse espaço.

As atividades que permearam a campanha "Por uma infância sem racismo" foram pensadas para o combate ao racismo na infância, portanto, com vistas na análise de seus indicadores, índices de aprovação do Selo Unicef, interesse dos alunos e da intersetorialidade entre as políticas públicas, verificamos que contribuíram e concretizaram o objetivo deste trabalho.

Considerando não apenas o alcance dos indicadores nas conquistas consecutivas de aprovação com o Selo UNICEF Município Aprovado, podemos dizer que o SCFV assegurou através da campanha a Lei 10.639/2003, a efetivação da campanha e o estimulo das crianças, adolescentes e jovens como protagonistas no combate ao racismo.

Todo o processo e encaminhar da campanha proporcionaram atividades e estas ressaltaram e valorizaram as contribuições civilizatórias de uma ou das duas culturas na formação cultural do município, expressaram uma forma de resistência desses povos à invisibilidade além de mostraram como o município contribui para a formação de professores e para a produção de material didático sobre a temática. Portanto, a produção de conhecimento sobre a temática pesquisada, a mobilização, as ações concretas pelo bem da sociedade, o estimulo a criação de políticas públicas foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do município e da sociedade.

Mediante os resultados consecutivos dos indicadores quanto à campanha e aplicabilidade das leis, a abordagem qualitativa proporcionou verifica-los e mais profundamente os resultados práticos e efeitos da campanha no SCFV, que também foi notório o reconhecimento da importância da cultura africana e assuntos correlatos como a desigualdade racial, defesa dos direitos humanos, o valor de cada cultura para a formação do nosso país e da sociedade. Isso foi comprovado pelo envolvimento de todos, em especial dos usuários e ainda na conquista dos selos aprovados consecutivamente.

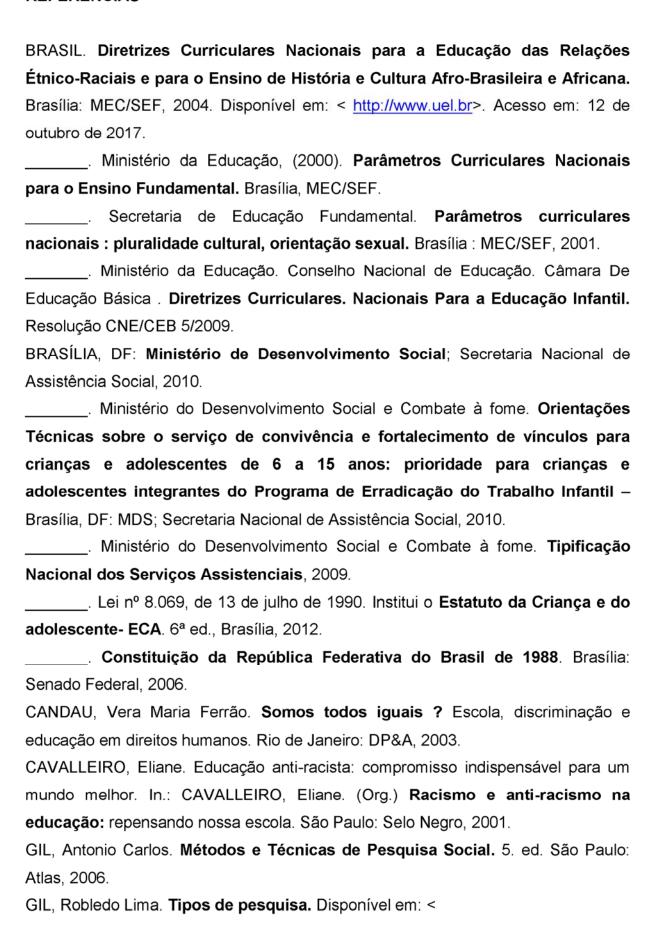
A proposta do Selo atingiu êxito e as crianças e adolescentes tiveram conhecimento dos seus direitos, bem como, conheceram seu município, as expressões culturais e narrativas sobre as formas de incorporação da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Faz-se necessário avaliar localmente o trabalho realizado e dar continuidade ao mesmo. A busca por indicadores sociais cada vez mais justos precisa ser permanente e o trabalho de atenção e proteção à criança e ao adolescente deve se tornar um compromisso de todos.

O grande desafio hoje é ter o mesmo a mesma ampliação, continuidade e manter a campanha como foi com a sua mobilização, ou seja, combater o racismo. Pois, como educadora social no espaço onde foi realizada a pesquisa visualizo diminuição na ênfase do tema discutido e me preocupo com as ações que vem sendo desenvolvidas para que não sejam apenas para incluir em relatórios o cumprimento do desenvolvimento de atividades que venham a aumentar os indicadores de avaliação do Selo, bem como, me preocupo com a ausência da temática nas oficinas do SCFV.

Esta pesquisa também teve o intuito de dar visibilidade a Lei 10.639/2003. Esta não foi criada apenas para fazer cumprir, e sim para que as instituições de ensino promovam ações que possam gerar resultados no combate ao racismo e o preconceito contra os negros. Contudo, está claro que a educação é o principal meio de combater o racismo e o preconceito. Somente através do respeito à diferença étnico-cultural é que os processos educacionais, formativos e acadêmicos podem contribuir para minimizar o racismo intrínseco à sociedade brasileira.

#### **REFERÊNCIAS**



http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf.> Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas - Ensaio: Avaliação de Politicas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MEIRELES, Carla Estefany de Lima. MAGALHÃES, Ana Del Tabor V. Narrativas escritas e visuais da cultura afro-brasileira e africana. In.: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. SOARES, Nicelma Josenilda Brito. (Orgs.) Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagem da questão étnico-racial na escola. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

#### O impacto do racismo na infância. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=9282
-campanha-unicef-contra-racismo-helena-pdf&category\_slug=outubro-2011pdf&Itemid=30192>, Acesso em: 10 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. UNICEF. Campanha Por uma infância sem racismo. Disponível em: <a href="http://www.selounicef.org.br/">http://www.selounicef.org.br/</a> selounicef.php?op=300&id srv=2&id tpc=40&nid tpc=&id\_grp=1&add=&lk=1&nti=5863&l\_nti=S&itg=S&st=&dst=3</a>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

SANTOS, Raquel Amorim dos. SOUZA, Simone Carvalho de. FONSECA, Patrícia do Socorro Sena. Reconhecimento e Valorização da identidade negra na escola de Ensino Fundamental. In.: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. SOARES, Nicelma Josenilda Brito. (Orgs.) Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagem da questão étnico-racial na escola. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In.: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.